

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026
Ampla Concorrência - Item 01
UASG: 926016

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 00054-00039687/2025-41

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas oriundo do fornecimento de insumos e abastecimentos de combustíveis - (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 e Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - ARLA) - realizado por intermédio de rede credenciada pela própria empresa contratada, com utilização ainda de cartão (magnético ou microprocessado) ou outro dispositivo eletrônico, para atender às necessidades da frota da Polícia Militar do Distrito Federal, na forma continuada, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/05/2026 às 14h00min (horário de Brasília/DF)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Maior Desconto

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 29.654.612,81

No intuito de facilitar a visualização dos anexos relativos ao Termo de Referência, foi criado o acesso a eles na internet através de um arquivo na nuvem, podendo ser acessado pelo seguinte link:

https://pmdf-my.sharepoint.com/:f/g/personal/21107324723_pmdf_gov_br/IgCZnFOBP7ZQ6WVOLuhPrvYAfFledYWGvZMiWMBVriIldM?e=k0T8fZ

Torna-se público que a Polícia Militar do Distrito Federal-PMDF, por meio do Departamento de Logística e Finanças - DLF, sediado no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, realizará a presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O Objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas oriundo do fornecimento de insumos e abastecimentos de combustíveis - (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 e Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - ARLA) - realizado por intermédio de rede credenciada pela própria empresa contratada, com utilização ainda de cartão (magnético ou microprocessado) ou outro dispositivo eletrônico, para atender às necessidades da frota da Polícia Militar do Distrito Federal, na forma continuada, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão:

2.1.1. Os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.1.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.1.4. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.1.1.5. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.1.1.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.1.2. Será admitida a participação de sociedades empresárias em recuperação judicial, desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, conforme já deliberado por Tribunal na Decisão nº 10/2021;

2.2. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão de justificativa contida no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

2.3. Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.3. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3.1. Inclui-se na vedação do subitem 2.3.3 a participação indireta, pela existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

- 2.3.3.2. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.3.4. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.3 e 2.3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.3.6. O disposto nos itens 2.3.3 e 2.3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.3.7. A pessoa física ou jurídica que:
- I - se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - II - nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - III - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3.7.1. O impedimento de que trata o item 2.3.7 - I, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.3.8. A pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- I - Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
 - II - Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.3.8.1. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.3.8.2. A vedação de que trata o item 2.3.8, aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.3.9. O agente público do órgão ou entidade contratante não poderão participar da licitação ou da execução do contrato:
- I - direta ou indiretamente, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - II - se, Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
 - III - se Executores de contratos com empresas que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
 - IV - mesmo que encontrem-se licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.3.9.1. As vedações do subitem 2.3.9, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.3.10. As empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.3.11. As empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.3.12. As pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa contida no Termo de Referência - Anexo I do Edital;
- 2.3.13. As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 2.3.14. As empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação virá após as fases de apresentação de propostas e de lances e julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.2.1. As propostas encaminhadas por meio do Sistema Eletrônico deverão seguir o modelo de proposta descrito no Anexo F do Termo de Referência, em apêndice do Edital.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o percentual de desconto, observado o disposto nos **itens 7.1.1 e 7.17.1 deste Edital**.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de

envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Desconto total aplicado sobre o Valor Estimado definido pelo Termo de Referência - Anexo I do Edital;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. O critério de julgamento será o de Maior Desconto. Para fins de adaptação no Sistema de Compras Governamentais, o qual não aceita lances com valores negativos, sendo chamada de licitação inversa, será considerada provisoriamente vencedora do certame a licitante que apresentar o maior desconto. Quanto maior o desconto aplicado, menor será a Taxa de Administração (taxa negativa) a ser aplicada sobre o montante do Valor Estimado.

4.3. Para fins de operacionalidade no Sistema, os descontos aplicados ao Valor Estimado relativos às Taxas de Administração serão lançadas no Sistema de forma positiva. A menor proposta possível será 0% e a maior taxa de desconto possível será aquela que o licitante considerar razoável, levando em conta que ele deverá comprovar a exequibilidade da proposta conforme orientado no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

4.4. No intuito de facilitar o entendimento quanto ao critério de julgamento, segue o exemplo abaixo:

LICITANTE	CUSTO COM PEÇAS E SERVIÇOS	% APLICADA NO LANCE	TX. DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDENTE	VALOR A SER CONTRATADO (CUSTOS PEÇAS/SERVIÇOS x TX. DE ADM.)	CLASSIFICAÇÃO
Licitante A	R\$ 29.654.612,81	0%	0%	R\$ 29.654.612,81	4ª
Licitante B	R\$ 29.654.612,81	2%	-2%	R\$ 29.061.520,55	3ª
Licitante C	R\$ 29.654.612,81	5%	-5%	R\$ 28.171.882,17	2ª
Licitante D	R\$ 29.654.612,81	10%	-10%	R\$ 26.689.151,52	1ª

4.5. Juntamente com os documentos de Habilitação previstos no Edital, o licitante deve encaminhar proposta conforme MODELO DE PROPOSTA contida no anexo F do Termo de Referência, em apêndice ao Edital.

4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

4.13.1. O critério de julgamento será o de maior desconto sobre o Valor Estimado Total da Contratação refletindo sobre a Taxa de Administração que será aplicada na fase contratual.

4.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.16. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pela porcentagem do desconto aplicada sobre o valor estimado.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.8. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.9. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.10. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12. Haverá intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances de 0,01%.
- 5.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.15.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.15.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.15.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.15.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.16.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.16.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.16.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.17.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.16.4, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.17.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.17.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.17.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.17.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.17.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.23.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.23.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.23.3. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.23.3.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.23.3.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.23.3.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.23.3.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.23.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.23.4.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.23.4.2. Empresas brasileiras;

- 5.23.4.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.23.4.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.23.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.23.6. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.23.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.23.8. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.23.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.23.10. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.25. É facultado ao pregoeiro solicitar a proposta atualizada ao último lance ofertado ou negociada, juntamente com os documentos de habilitação.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A26]
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global ou unitário estimado pela Administração.
- 6.9. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.9.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 6.13.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
 - 6.13.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

6.13.3. Cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

6.13.4. Declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.14. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

6.15. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

6.16. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.17. O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

6.18. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

6.19. O licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos da data estabelecida para realização de Prova de Conceito – PoC (Anexo "F" - Id. 198033653), no Departamento de Logística e Finanças - DLF da PMDF, localizado no Anexo do Quartel do Comando Geral da PMDF em Brasília/DF, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas exigidas do sistema e solução tecnológica especificados no Edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I do edital), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação Técnica

7.3. Deverá ser apresentado atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome do licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove:

7.3.1. Ter prestado ou estar prestando serviços compatíveis com o objeto da licitação;

7.3.2. Aptidão para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos, conforme especificações contidas neste termo de referência;

7.3.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) devem comprovar operacionalização de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de todo o objeto, ou seja, 30% (trinta por cento) do total de litros de combustíveis do lote, a serem gerenciados, conforme previstos neste Termo de Referência;

7.3.3.1. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao do presente Termo de Referência, admitindo-se a soma do quantitativo de atestados apresentados, desde que tenham sido realizados em concomitância de período de 12 (doze) meses (Decisão nº 3743/2011 - TCDF), destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.

7.3.4. Caso a licitante não apresente atestados suficientes para a habilitação, será inabilitada;

7.3.5. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato e de respectivos aditivos que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

7.3.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter nome, endereço e telefone de contato do emitente atestador, ser(em) apresentado(s) acompanhado do(s) contrato(s) e respectivo(s) aditivos;

7.3.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária compatíveis com o objeto da referida contratação. A comprovação será feita por meio de atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou Órgão tomador do serviço.

7.3.8. A empresa deverá ainda apresentar declaração comprovando a equidade econômica/financeira em relação a oferta do valor da taxa de serviço de administração e os serviços a serem prestados pelos credenciados, nos moldes indicados no Termo de Referência, não podendo o resultado estimado da operação ser inferior a zero.

7.3.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.3.10. Qualificação Econômico-Financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
LC =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE
SG =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

- d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do Item que a licitante pretenda concorrer.

7.3.10.1. Da justificativa dos índices contábeis: A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica da licitante de forma que possa cumprir as futuras obrigações oriundas do contrato administrativo. Dessa forma, a mesma pode ser comprovada de modo objetivo, por meio de índices contábeis que são usualmente adotados em processos licitatórios. Portanto, torna-se imprescindível que a Administração Pública possa avaliar a saúde financeira do licitante, de forma que tal interpretação permita a capacidade de examinar a aptidão para cumprir o contrato, além de prevenir riscos da não execução. De tal modo, a análise dos índices ajuda a minimizar os riscos de inadimplência, atrasos e não cumprimento do objeto. A utilização dos índices também garante a aplicação dos princípios da isonomia e transparência evitando critérios subjetivos. Portanto, fica claro que o uso dos índices contábeis mencionados a seguir estão alinhados com o ordenamento jurídico e mandamento legal.

- a) **Liquidez Geral (LG):** é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, considerando todos os seus ativos e passivos.
- b) **Liquidez Corrente (LC):** é um indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo (até um ano) com seus ativos também de curto prazo.
- c) **Solvência Geral (SG):** é um indicador financeiro que mede a capacidade da empresa em honrar suas dívidas, seja por meio de recursos líquidos ou de ativos que possam ser convertidos em espécie, tanto em curto quanto de longo prazo.

7.3.11. Habilitação jurídica:

- I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.3.12. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.3.13. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo II do Edital.
- II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).
- III - Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da contratação conforme o Termo de Referência - Anexo I do Edital.

7.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.4.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.5. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.6. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.7. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.8. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o

endereço: Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças - SPL DALF, sediada no Anexo I do Quartel do Comando Geral da PMDF, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

7.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.10.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.19.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.19.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.20. Encerrado o prazo para envio da documentação de que [trata o item 7.16.1](#), poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

7.20.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.20.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.20.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.21. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto [no subitem 7.16.1](#).

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.24. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro externo no Sistema SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.
- 8.10.1. Esse cadastro deverá ser feito com o e-mail utilizado no Sistema GOV.BR, no intuito de evitar conflito com o Sistema SEI-DF.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não manter a proposta ou o lance em especial quando:
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.2.6. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.6. Fraudar a licitação;
- 9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. Advertência;
- 9.2.2. Multa;
- 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas **nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou solicitar esclarecimentos quanto às regras do Edital e seus Anexos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica no e-mail: dalf.licitacao@pm.df.gov.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 11.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 11.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 11.3.6. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- 11.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, pela utilização do Índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);
- 11.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 11.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.
- 11.3.10. Nas repactuações e ou reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador da última repactuação e /ou reajuste ocorrido.
- 11.3.11. Caberá à eventual contratada o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, que deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art.107 da NLLC.

12. DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

- 12.1. Aplicam-se a este instrumento, em consonância a lei nº 14.133/2021, a seguinte legislação aplicável no âmbito do Distrito Federal:
- 12.1.1. Decreto nº 44.330/2023 regulamenta a lei 14.133/2021 no âmbito do Distrito Federal, o presente processo encontra-se em consonância com o referido Decreto.
- 12.1.2. Lei Distrital nº 4.770/2012 (dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental), no seu artigo 6º dispõe sobre normas específicas que devem constar na contratação de obras, devendo levar em consideração, especialmente:
- I - o uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica apenas nos ambientes onde for indispensável;
 - II - o projeto de iluminação, os interruptores, a iluminação ambiental, o uso de sensores de presença e a automação da iluminação do prédio;
 - III - o uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
 - IV - o uso de energia solar, ou de outra espécie de energia limpa, para aquecimento de água e para outros usos aplicáveis;
 - V - o sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
 - VI - o sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
 - VII - o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico e a sistemas de indução para recarga de aquíferos da água excedente;
 - VIII - a utilização de materiais reciclados, reutilizados e biodegradáveis e que, quando possível, sejam feitos de matéria-prima renovável;
 - IX - a comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou do serviço;
 - X - a elaboração de projeto de gerenciamento de resíduo de construção civil;
 - XI - a redução dos impactos sobre a impermeabilização do solo, a arborização e o meio ambiente.
- 12.1.3. [Lei Distrital nº 5.061/2013](#) Dispõe sobre a inclusão obrigatória de cláusula de proibição de mão de obra infantil nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal), diante do exposto na lei fica proibido o uso de mão de obra infantil, nos termos no artigo primeiro da referida lei, constituindo o uso ou emprego da mão de obra infantil motivo para a rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 12.1.4. [Lei Distrital nº 5.448/2015](#) Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de cláusula de proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços pelo Distrito Federal), diante do exposto na lei fica proibido nas licitações ou nas contratações conteúdo:
- I - discriminatório contra a mulher;
 - II - que incentive a violência contra a mulher;
 - III - que exponha a mulher a constrangimento;
 - IV - homofóbico;
 - V - que represente qualquer tipo de discriminação.
- 12.2. O uso ou o emprego de conteúdo discriminatório constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

12.2.1. [Decreto Distrital nº 46.174/2024](#) (Institui a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal), o disposto neste Decreto aplica-se aos contratos e convênios administrativos firmados pelos órgãos e entidades do Distrito Federal, bem como outros ajustes congêneres, inclusive no âmbito dos Programas de Estágio e do Jovem Aprendiz, respeitada a legislação aplicável e os limites dos contratos administrativos.

12.2.1.1. As empresas contratadas, órgãos e entidades parceiros serão incentivados a adotar, em suas relações com o Distrito Federal, boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual que envolvam seus empregados ou representantes.

12.2.1.2. As minutas padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes administrativos a serem utilizados pelos órgãos e entidades do Distrito Federal devem conter cláusula de observância às práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata este Decreto.

12.2.2. [Lei Distrital nº 6.128/2018](#) (Dispõe sobre reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua) segundo a referida lei deve ser reservado o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983. As empresas responsáveis pelas obras e pelos serviços devem informar ao órgão do governo que responde pela pauta da assistência social a oferta de vagas. São requisitos ao candidato à vaga:

- I - estar inscrito em programas ou políticas públicas do Governo do Distrito Federal;
- II - atender às qualificações exigidas para o exercício da atividade profissional pretendida;
- III - cumprir o horário estipulado no contrato de trabalho e as normas da empresa.

12.2.2.1. O candidato que for ocupar o posto de trabalho em benefício desta Lei deve levar declaração do órgão do Governo do Distrito Federal responsável pelas políticas públicas de assistência social, devendo prestar sempre informações sobre sua rotina e cumprimento do contrato.

12.2.2.2. Fica a empresa contratada obrigada a empregar mão de obra de pessoa em situação de rua, no percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho, bem como o de observar o disposto na Lei e no Decreto Distrital nº 45.846/2024, sendo disponibilizado, entre os anexos deste edital, declaração de compromisso e responsabilidade para a empresa contratada.

12.2.3. [Lei Distrital 5.575/2015](#) (Dispõe sobre a publicação das súmulas dos contratos celebrados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares). Diante do exposto na lei a Administração deve publicar no Portal da Transparência de que trata a [Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2011](#), as súmulas dos contratos e dos aditivos pertinentes a obras, compras, serviços, alienações e locações celebrados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares.

12.2.3.1. Das súmulas dos contratos de que trata a Lei Distrital 5.575/2015 devem constar informações referentes ao valor, ao objeto, à finalidade, à duração e ao prazo de vigência do contrato, bem como o nome ou a razão social do fornecedor do produto, da obra ou do serviço.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. A Polícia Militar do Distrito Federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061 de 2013.

13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Minuta de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de procedimento licitatório, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas oriundo do fornecimento de insumos e abastecimentos de combustíveis - (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 e Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - ARLA) - realizado por intermédio de rede credenciada pela própria empresa contratada, com utilização ainda de cartão (magnético ou microprocessado) ou outro dispositivo eletrônico, para atender às necessidades da frota da Polícia Militar do Distrito Federal, na forma continuada, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Memorial Descritivo (Id. 197783037) e demais anexos.

1.2. O contrato de gerenciamento, cuja natureza é a de prestação de serviços, permite que sua duração ultrapasse o exercício financeiro. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O CATSER é o 25372 - Controle de Abastecimento de Veículos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA NECESSIDADE INSTITUCIONAL

2.1.1. O objeto deste Termo de Referência visa a prestação de serviço continuado de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas com fornecimento de insumos e abastecimentos de combustíveis (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 e Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - ARLA), por intermédio de rede credenciada pela própria empresa contratada, bem como evitar a descontinuidade da prestação dos serviços de fornecimento de gerenciamento de combustível do Contrato Administrativo n.º 41/2025 (Id. 177013803), processo SEI n.º 00054-00067963/2025-61, celebrado entre o Distrito Federal/PMDF e a atual contratada, tendo em vista o instrumento contratual emergencial se encontrar próximo de seu encerramento, além de existir recorrentes apontamentos sobre **dificuldades em sua execução tendo em vista o não atendimentos de determinadas cláusulas e, principalmente, pelo iminente risco de falhas na renovação contratual, decorrente das manifestações da empresa em não mais concordar com a prorrogação do mencionado contrato**, sendo inclusive, os serviços considerados de natureza essencial e indispensável à Administração Pública, pois, a interrupção desses serviços acarretaria prejuízo de todos os serviços essenciais prestados pela Instituição, trazendo sérios riscos à segurança pública da capital.

2.1.2. O serviço de gestão de abastecimento de frota, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade da CONTRATANTE de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meio e finalísticas da Corporação, de modo que sua interrupção ou falhas estruturais no fornecimento comprometa a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional.

2.1.3. A necessidade da contratação do gerenciamento do abastecimento de combustíveis se relaciona às peculiaridades das atividades desenvolvidas pela PMDF, que por meio das diversas unidades operacionais, espalhadas por todo o Distrito Federal, disponibiliza diuturnamente um número elevado de viaturas de marcas e modelos diversos com o objetivo de realizarem o patrulhamento motorizado, nas diversas regiões da capital federal, daí a necessidade de se ter uma rede credenciada bem ramificada nas diversas regiões a fim de se evitar que as viaturas desloquem por grandes percursos para realizarem o abastecimento, o que traria um gasto desnecessário à Administração Pública, e também, prejuízo a segurança do local pela ausência temporária da viatura.

2.2. DA VIABILIDADE

2.2.1. A Polícia Militar do Distrito Federal, diante da demanda dos serviços nas áreas fim e meio, tem envidado esforços para continuar atendendo adequadamente as demandas que lhe são afetas em benefício dos cidadãos, e ainda, melhorar sua conduta de pronta-atuação em todo o Distrito Federal, com foco em uma gestão eficiente e eficaz, buscando atingir as metas governamentais propostas.

2.2.2. Em que pese a Corporação possuir um grande e variado número de viaturas em sua carga patrimonial, a Instituição não mais possui postos de abastecimento de combustível veicular no interior de quartéis, e ainda, vale salientar que a atividade de abastecimento continuado de viaturas mostra-se como uma ação totalmente estranha às atividades típicas da Corporação, conforme foi apontado no Item 9.3.4 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (Id. 197266516 e respectivo digital) e item 8.1.3 da Análise de Riscos (Id. 198691934 e respectivo digital).

2.2.3. No que tange a outras alternativas para a solução do problema apresentado, como por exemplo, a contratação de maneira individualizada de diversos fornecedores de combustíveis, também não se mostra vantajosa como foi explicitado no item 8.4.1 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (Id. 197266516 e respectivo digital) e item 8.1.4 da Análise de Riscos (Id. 198691934 e respectivo digital).

2.2.4. O modelo de gestão por credenciamento e gerenciamento de insumos para abastecimento de frota, tem por ideia a transferência por parte da Administração Pública, a uma empresa privada, especializada, e vencedora de licitação, do gerenciamento do abastecimento de sua frota por meio de um sistema informatizado, cujo encargo principal é o de credenciar postos de combustíveis que serão responsáveis pelo abastecimento dos insumos pertinentes à combustão dos motores das viaturas, bem como o gerenciamento da frota decorrente do fornecimento por meio de sistema dos insumos.

2.2.5. Neste espectro não se pode duvidar da validade, oportunidade, conveniência e necessidade da Administração buscar, continuamente, junto ao mercado, novas tecnologias e ferramentas capazes de fomentar o aprimoramento do serviço público, bem como se submergir com técnicas de controle e transparência.

2.2.6. Assim sendo, o serviço de gestão de frota com gerenciamento de despesas de fornecimento e abastecimento de combustíveis mostra-se como atividade de apoio indispensável à execução das atividades fins e administrativas das diversas unidades da Corporação, consoante Estudo Técnico Preliminar - ETP (Id. 197266516 e respectivo digital), sem olvidar da elaboração de correspondente mapa de riscos (Id. 198058889 e respectivo digital). Os pressupostos para a escolha e permanência do modelo de gerenciamento e fornecimento de insumos para viaturas da frota foram considerados por ocasião da Análise de Riscos (Id. 198691934 e respectivo digital). Mais que isso, demanda análoga a esta foi à época objeto do Plano de Ação n.º 01/2020 (Id. 140837663), encaminhado para possível aprovação do Comitê Interno de Governança da PMDF - CIG, solicitado por meio do Memorando Nº 49/2024 - PMDF/DLF/AEP (Id. 140993359). Contudo no presente momento, este Departamento de Logística e Finanças - DLF, entende que a presente contratação já não mais se trata de uma inovação e não se apresenta riscos não previsíveis, razão pela qual, o envio àquele Comitê pode ser mitigado com as análises e gestão de riscos previstos tanto na Análise de Riscos contendo mapa, matriz e plano de ação (Id. 198691934 e respectivo digital).

2.3. DOS RISCOS

2.3.1. A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e o processo de gestão de riscos nas unidades orgânicas do Poder Executivo do Distrito Federal com vistas à incorporação da análise de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público (Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019).

2.3.2. Neste prisma, a adoção de práticas de gestão de riscos pelo órgão tem como potencial a habilidade do organismo se antever a possíveis incidentes, ao mesmo tempo ter a capacidade de apresentar resposta assertivas, manter a integridade institucional e confiabilidade, adotar melhoria regulatória, bem como agir com transparência, se submeter a prestação de contas e sempre adotar boas práticas com responsabilidade, inclusive adotando novas direções no curso das ações.

2.4. O atual Planejamento Estratégico do Governo do Distrito Federal 2019-2060, com iniciativas (projetos e ações) que orientarão os esforços do governo no curto prazo – edição revisada exercício de 2024 – e no médio prazo – período 2024 a 2027. As iniciativas de médio prazo são norteadoras para a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027, as iniciativas foram elaboradas a partir de oito eixos temáticos, contemplando ícones com iniciativas e tendências a serem enfrentadas, destaca-se nesta órbita o eixo 5.1: Gestão e Estratégia, o qual está direcionado também ao fortalecimento da gestão e à garantia de entrega de serviços ao cidadão, pontuado, no âmbito da legalidade, conformidade e transparência, cabendo ao Estado a consolidação de programa de integridade para reger os agentes e ações do setor público.

2.5. Importante delinear algumas iniciativas e tendências destacadas no Objetivo Estratégico relacionado a tecnologia o qual afirma que é responsabilidade governamental que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos de forma facilitada. Conectar e integrar atendimentos como forma de melhorar a oferta de serviços públicos, a gestão pública, o ambiente de negócios e, em especial, a qualidade de vida da população, são prioridades a serem alcançadas por meio de soluções tecnológicas e da oferta de informações de qualidade de forma inovadora, ágil e dinâmica.

2.5.1. Deste modo, foi realizado no curso do processo ampla avaliação dos riscos da presente demanda pela equipe de planejamento, com uso dos seguintes artefatos: Análise de Riscos - PMDF/DLF/AEP (Id. 198691934 e respectivo digital), Mapa de Riscos (Id. 198058889 e respectivo digital), Plano de Ação n.º 01/2026 (Id. 198059465 e respectivo digital).

2.5.2. Outrossim, com vistas a monitorar, sanear, minimizar e controlar as possíveis ocorrências dos eventos identificados na fase interna e adstritos à equipe de planejamento indicados no Plano de Ação n.º 01/2026 da Gestão de combustível da frota (Id. 198059465 e respectivo digital), foram realizadas algumas ações de

monitoramento e controle dos incidentes pertinentes à equipe de planejamento, os quais foram materializados nos Itens 7.3 e 14.1 deste Termo de Referência, sendo que a responsabilidade pelo gerenciamento de riscos compete aos agentes públicos envolvidos em todas as etapas da contratação, motivo pelo qual se faz necessário e oportuno destacar que o gerenciamento de riscos é sempre uma ação recorrente em todo o curso do processo, devendo o mapa de riscos ser atualizado e juntado aos autos nas demais fases previstas nos termos contidos no art. 34 do Decreto Distrital n.º 44.330/21 e art. 26, §1º, incisos III e IV da instrução normativa SEGES/MPOG n.º 5/2017, pelas equipes técnicas correspondentes, entre outras, seção de procedimento licitatório e seção de contratos deste departamento.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Na análise dos diplomas legais que sustentem a proposta do projeto, encontramos o Artigo 37 da Carta Magna Brasileira, a Lei 14.133/21 e o Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, todos adstritos aos aspectos da normativa das Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, bem como demais normativos correlatos.

3.2. A Portaria PMDF n.º 728/2010 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados pelo Departamento de Logística e Finanças (DLF) na execução de contratos administrativos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, celebrados no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal.

4. DA FINALIDADE PÚBLICA

4.1. A contratação desse serviço de gestão de abastecimento de frota, visa garantir o abastecimento de toda frota da PMDF, em rede especializada de postos de combustíveis credenciados, em caráter contínuo e ininterrupto, a fim de que a execução, da missão constitucional da Corporação, que é a preservação da ordem pública na Capital Federal, realizada por meio do policiamento preventivo e ostensivo, com o emprego dos diversos modelos de policiamento motorizados, e também, a manutenção da atividade meio sem a qual o cumprimento de tal missão não seria possível.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A pretensa contratação tem como objetivo a prestação de serviço de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de despesas com fornecimento dos insumos para de abastecimentos dos veículos, implementos, embarcações, geradores e demais equipamentos da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme especificações contidas no Anexo "A" - Memorial Descritivo (Id. 197783037) deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Neste contexto, o presente Termo de Referência e os respectivos Estudos Técnicos Preliminares estão alinhados com o Plano de Contratações Anual, além de outros instrumentos de planejamento como o Plano Estratégico com lastro em algumas iniciativas estratégicas projetadas pela Corporação no [Plano Estratégico PMDF 2023 - 2034](#), 1ª Edição - DF, das quais pode se destacar:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO		ID	IDENTIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
8 8.1	Objetivo: Aprimorar a gestão logística e tecnológica Estratégia: Otimizar os processos logísticos	8.1.1	Desenvolver, adquirir ou aperfeiçoar projetos de sistemas e tecnologias da informação de apoio à gestão logística e de cadeia de suprimentos;
		8.1.2	Criar e implantar modelo de gestão inteligente da frota, material bélico e suprimentos.
9 9.4	Objetivo: Fortalecer a gestão estratégica Assegurar o desenvolvimento e a disseminação da excelência na gestão da PMDF	9.4.1	Implantar projetos e ações com foco em excelência da gestão organizacional e ambiental, da responsabilidade social e da sustentabilidade.

6.1.1. Igualmente a contratação alinha-se aos Objetivos e Iniciativas Estratégicas da Polícia Militar do Distrito Federal previstos na Portaria PMDF n.º 742, de 27 de maio de 2011, alterada pela Portaria PMDF n.º 1.145, de 30 de novembro de 2020, alterada pela Portaria PMDF n.º 1.309, de 19 de janeiro de 2023, conforme quadro abaixo:

ID	IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO	ID	IDENTIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
8.3	Otimizar os processos logísticos.	8.3.3	Criar e implantar modelo de gestão inteligente da frota, material bélico e suprimentos.
9.5	Desenvolver sistemas de gestão estratégica, financeira e orçamentária.	9.5.6	Desenvolver e implantar sistema de controle logístico.
9.8	Assegurar o desenvolvimento e a disseminação da gestão da qualidade na PMDF.	9.8.1	Apresentar um programa de excelência em gestão.

6.1.2. Destaca-se que a presente contratação alinha-se também aos Objetivos e Iniciativas Estratégicas previstas no Plano Diretor de Logística 2021-2022, aprovado pela Portaria PMDF n.º 1.141, de 01 de novembro de 2020, conforme quadro abaixo:

ID	IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO	ID	IDENTIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS
6	Otimizar a gestão de bens móveis, equipamentos, materiais, semoventes e serviços.	6.1.4	Efetivar o controle de gestão do consumo de combustível.

6.2. Deste modo, entende-se paridade entre a demanda requerida e o planejamento estratégico adotado pela Corporação, conforme detalhado no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar (id. 197266516 e respectivo digital).

7. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

7.1. A subcontratação é o instituto por meio do qual o contratado transfere parte de uma obra ou serviço para ser executada por um terceiro, que é estranho ao contrato, desta forma, a subcontratação é um instituto possível, desde que seja feita de forma parcial. Sendo assim, é vedada a subcontratação total do objeto, sob pena de descaracterizar a própria licitação e o caráter “*intuitu personae*” dos contratos administrativos.

7.2. Nesta órbita, considerando os argumentos já proferidos no tópico anterior e que o objeto da licitação compreende o gerenciamento de combustível, não há possibilidade técnica viável ao caso para admitir a subcontratação, pois se assim o fosse, estaria diante da subcontratação total, e o entendimento das Cortes de Contas e da legislação que rege o assunto, admite que os serviços complementares ou acessórios, poderão ser subcontratados, mas não os serviços principais.

7.3. Diante disso, não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Administração Pública. **Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.**

7.4. Ademais, a participação de consórcios não será admitida, uma vez que os serviços a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado (Item 12 do ETP - Id. 197266516 e respectivo digital) e Memória de Cálculo (Item 3.3.11 e 3.4.2 Id. 201041079). Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

7.5. Em suma, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, uma vez admitida a subcontratação, esta somente pode alcançar parte do objeto contratado. Inclusive, recentemente aquele Tribunal de Contas (Acórdão n.º 954/2012-Plenário, TC 006.095/2004-4, rel. Min. Ana Arraes, 25.4.2012. Disponível em: <www.tcu.gov.br> Acesso em 01/12/2021, de maio de 2012) proferiu entendimento no sentido de que a subcontratação integral do objeto pactuado poderia descaracterizar o certame licitatório, inclusive com a responsabilização do agente que a autorizou. Deste modo, entende-se que não há formas de divisão do objeto que não seja subcontratar uma outra empresa para atuar no mesmo local e com mesmo objeto, o que contraria veementemente os julgados do TCU.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor do instrumento contratual, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 98 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. VISTORIA

9.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

10. DA EXECUÇÃO, ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. Os serviços serão executados com estrita observância dos prazos e valores presentes neste Termo de Referência, devendo ser considerados as condições previstas no Memorial Descritivo (Id. 201041079) - Anexo "A" deste Termo;

10.2. Os insumos fornecidos ou serviços executados pela CONTRATADA deverão ser contabilizados exclusivamente por meio do sistema de gestão, devendo os dados permanecerem cadastrados no próprio sistema e em poder da empresa para comprovação da execução do serviço e fornecimento dos insumos, bem como para aprovação e habilitação do pagamento;

10.3. O recebimento dos insumos fornecidos ou serviços realizados dar-se-á conforme o disposto nos artigos 140 da Lei 14.133/21, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:

10.4. Provisoriamente, no momento dos abastecimentos ou entrega dos insumos e;

10.5. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias do recebimento provisório, mediante atesto na nota fiscal, após comprovada a adequação aos termos do Edital, da proposta e deste contrato, desde que não se verifiquem qualquer tipo de defeitos ou imperfeições, por meio de documento de aceite emitido pela Comissão de Executores;

10.6. Havendo a constatação imediata de inadequação do tipo de insumo fornecido, poderá ser efetuado a correção imediatamente, caso haja essa possibilidade, desde que o combustível ainda não tenha sido transferido para dentro do tanque da viatura, implemento, embarcação, gerador e/ou equipamento;

10.7. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as devidas especificações. Nesta hipótese, os insumos já consumidos e rejeitados não serão contabilizados para efeito de pagamento, devendo a não conformidade ser identificada como descumprimento contratual;

10.8. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até o saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

10.9. Caso ocorra fornecimento irregular de combustível, será considerado produto não fornecido, cabendo a contratada arcar com todos os custos decorrentes da irregularidade

10.10. A CONTRATANTE não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens sob tutela da CONTRATADA, sendo que os custos de recuperação dos danos ou vícios decorrentes do fornecimento ou serviço prestado inadequadamente, ocorrerão exclusivamente às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo dos prazos de garantia, que deverão ser renovados a partir da correção do problema.

11. DO LOCAL DE ENTREGA

11.1. Após a aprovação do recebimento da implantação sistema de gestão, fornecimento de insumos e abastecimento de combustíveis, a empresa CONTRATADA deverá entrar em contato com a Subseção de Combustível do Centro de Manutenção - CMan da Polícia Militar do Distrito Federal, localizada no SAAN, Quadra 03, Lote 1650 – Brasília - DF, pelo telefone (61) 3190-5958, no horário de 08h00 às 18h00, ou por outro meio de comunicação designado pela Comissão executora do contrato, comunicando e comprovando o perfeito funcionamento do sistema, distribuição dos cartões ou outro dispositivo eletrônico, bem como a conclusão da disponibilização da Rede Credenciada apta ao início do fornecimentos de insumos e abastecimentos dos bens da CONTRATANTE.

12. DO CRONOGRAMA DE ENTREGA

12.1. A disponibilização e apresentação do sistema de gestão deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias, por parte da contratada, após a assinatura do contrato, junto à Comissão de recebimento designada pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças - DLF, devendo a empresa apresentar todas as ferramentas, dados, documentos etc compatíveis com os testes de funcionalidades a serem realizados pelos membros da Comissão, com a finalidade de verificar a validade da implantação do sistema e legitimidade dos dados de cadastramento da rede credenciada, dos bens da contratante, usuários, operadores, gestores, fiscais etc e a parametrização dos dados coletados, bem como a detecção e impressão das consulta de dados gerados pelo sistema em funcionamento.

12.2. A apresentação do sistema deverá ser realizada por preposto da contratada com amplo conhecimento técnico do sistema, capaz de esclarecer os principais conceitos da estrutura do sistema, bem como apresentar as funcionalidades e outras ferramentas disponíveis no sistema.

12.3. O cadastro dos bens, condutores, usuários, operadores etc, será realizada em até 05 (cinco) dias, após a entrega dos dados por parte da contratante.

12.4. A implantação do sistema de serviço de gestão ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a conclusão da fase anterior.

12.5. A validação da parametrização do sistema será aferida pela Comissão de Recebimento da contratante, em até 05 (cinco) dias após a entrega das fases antecedentes.

12.6. O treinamento nos módulos e demais ferramentas do sistema deverá ocorrer durante os 05 (cinco) dias subsequentes da validação da parametrização do sistema.

12.7. A disponibilização da Rede Credenciada deverá ser iniciada após o 5º dia após a assinatura com prazo máximo de finalização em até 15 (quinze) dias.

12.8. As etapas de entrega deverão atender o cronograma do quadro abaixo:

ETAPAS	PRAZOS																															
	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
0 - Assinatura do contrato																																
1 - Disponibilização e apresentação do sistema de gestão																																
2 - Cadastro dos bens, condutores, usuários, operadores da contratante																																
3 - Implantação do sistema																																
4 - Validação da Parametrização do sistema																																
5 - Disponibilização da Rede Credenciada																																
6 - Treinamento nos módulos e ferramentas do sistema																																
7 - Logística do fornecimento dos cartões/dispositivo eletrônico																																

12.9. Os cartões (magnéticos ou microprocessados) ou outro dispositivo eletrônico definido deverão ser entregues no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total da frota em até 05 (cinco) dias úteis após a implantação do sistema e o restante, 50% (cinquenta por cento), até 10 (dez) dias úteis após a implantação do sistema. Caberá exclusivamente à contratante definir os critérios de prioridades de distribuição dos cartões/dispositivo eletrônico.

12.10. O fornecimento de insumos e abastecimento dos bens da contratante deverá ser prestado de forma parcelada, ou seja, por abastecimento em cada viatura, implemento, embarcação, gerador, equipamento etc, durante a vigência do contrato, por se tratar de consumo por demanda. Os prazos do cronograma de entrega serão contabilizados de maneira ininterrupta, devendo eles serem contabilizados em dias corridos, inclusive os sábados, domingos e feriados.

13. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS - DA ESTIMATIVA PREVISTA DE QUANTIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS

13.0.1. Os quantitativos foram definidos tendo por base a metodologia aplicada conforme dados expostos pelo CMAN, no Memorando 45/2026 (Id. 197653438) e no Memorando 46/26 - PMDF/DPTS/CMAN/SAD/SSCOMB (Id. 197911896), por meio de pesquisa nos sistemas de abastecimento dos veículos da PMDF e Sistema Vale Shop, e também pela DPTS, com base no Memorando Nº 54/2026 - PMDF/DLF/AEP (Id. 198030911), constatando uma estimativa de consumo/veículos conforme tabela apresentada abaixo:

DEMANDA DE INSUMOS PARA FROTA				
LOTE	ITEM	TIPO DE COMBUSTÍVEL	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA EM LITROS	QUANTIDADE DE VIATURA

01	01	Gasolina Comum	2.970.197,83	1816
	02	Etanol	851,77	01 ⁽³⁾
	03	Diesel Comum	29.029,27	213
	04	Diesel S10	1.369.409,50	651
	05	Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo (ARLA)*	1.951,29	40
	SERVIÇO DE GESTÃO			
	ITEM	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	PERÍODO
	06	Desconto para Taxa de Administração	Mês	12

(*) Em virtude dos equívocos quando dos lançamentos relativos as especificações das unidades de medidas nos abastecimentos, se fez necessário a conversão e ajuste dos dados.

⁽¹⁾Metodologia aplicada: Sistema Integrado de Gestão de Frota - Sistema Vale Shop -<https://frotas.valeshop.com.br/auth/login> e Notas Fiscais GOLDI CARD

⁽²⁾Período da consulta: 01/03/2025 a 01/03/2026

⁽³⁾Dado extraído do Sistema Integrado de Gestão de Frota - Sistema Vale Shop -<https://frotas.valeshop.com.br/>

14. **ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO**
- 14.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou superior quando ofertado pela própria contratada.
15. **DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO**
- 15.1. Os serviços, objeto deste Termo de Referência, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns de que tratam o Decreto nº 44.330/2023, artigos 73 e 74, inciso II, os quais estipulam que os bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, e define bens e serviços comuns como aqueles com baixa ou moderada da demanda, posto que se constituem em serviços disponíveis no mercado, com especificações usuais e padronizáveis por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidades comuns. Salienta-se que as especificações técnicas dispostas neste Termo de Referência e seus anexos apresentam todas as informações necessárias à prestação dos serviços, não havendo desenvolvimento inovador, nem emprego de atividade preponderantemente intelectual.
16. **DO AGRUPAMENTO DOS ITENS**
- 16.1. Optou-se pela contratação agrupada em item único dos serviços de gerenciamento, fornecimento de insumos e abastecimento de combustíveis à frota da PMDF, pois se mostra presente a agilidade e perspectiva de economicidade advinda desta modalidade, principalmente pelos argumentos formulados e demonstrados no Item 18 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (Id. 197266516 e respectivo digital).
- 16.2. Assim com esta junção de Itens, busca-se a oportunidade da obtenção de mecanismos técnicos mais vantajosos à Administração, ademais é comum a prestação dos serviços de gerenciamento, fornecimento de insumos e abastecimento de combustíveis em viaturas de maneira regular por uma só empresa do mercado nacional.
- 16.3. Ademais, o fracionamento do objeto, prejudicaria a execução do contrato como um todo, eis que o fracasso de qualquer um dos itens (gerenciamento e fornecimento de insumos), impediria a consecução do objetivo a que se pretende (serviços de gerenciamento da frota com fornecimento de insumos e abastecimento de combustíveis), causando sérios danos à Administração na execução do objeto e o devido cumprimento da missão Institucional da PMDF, uma vez que o atendimento individual e/ou parcial da demanda, seja uma só empresa adotando o gerenciamento, e separadamente inúmeros Postos de Combustíveis realizando o fornecimento e abastecimento de insumos, comprometeria consideravelmente a peculiaridade e complexidade do modelo de sistema de gestão por credenciamento de rede e gerenciamento de insumos para abastecimento de toda frota com sistema informatizado, "cujo encargo principal é o de credenciar postos de combustíveis que serão responsáveis pelo abastecimento dos insumos pertinentes à combustão dos motores das viaturas" (Item 18.3 do ETP), sendo que o não agrupamento dos itens pode implicar no não atendimento da necessidade que motivou a contratação, além disso, geraria procedimentos mais dispendiosos e com menor capacidade de gestão dos veículos da frota (Item 18.3 do ETP - Id. 197266516 e respectivo digital), conquanto, não atenderia os princípios da economicidade e nem do interesse público.
- 16.4. O agrupamento proporcionará:
- a) O aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento do Contrato, pois, neste caso, não seria conveniente e oportuna a prestação desses serviços por diversos contratados, considerando que lidar com um único ou poucos prestadores diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão nº 861/2013-TCU Plenário);
- b) Maior atratividade ao certame às empresas por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.
- 16.5. Destaca-se que o agrupamento não implica prejuízo à ampla competitividade, pois existem, no mercado, diversas empresas com capacidade de fornecer os produtos e serviços na forma estabelecida neste Termo de Referência (Item 18.7 do ETP - Id. 197266516 e respectivo digital). Assim, a adjudicação por item único em detrimento da divisão em vários itens, visa tão somente garantir mais segurança nos serviços prestados, além de garantir a implantação da logística e a eficiência na execução do contrato.
- 16.6. Neste prisma, a opção pelo modelo de gestão e fornecimento de insumos por uma única empresa credenciadora, se mostra vantajoso à administração também tendo em vista que a contratação individualizada de várias empresas detentoras dos postos de combustíveis implicaria em diversos contratos e várias ações fiscalizadoras por diversos profissionais, elevando substancialmente os custos à Administração e segregação dos dados gerenciais.
- 16.7. Conforme já relatada, é oportuno ratificar que as contratações individualizadas dificultam a implementação de um sistema tecnológico de maneira econômica e eficiente pela Contratante para gerenciamento dos insumos fornecidos aos bens da frota, haja vista a diversidade de pessoas jurídicas envolvidas e a dificuldade de sincronizar e conciliar a execução dos dados dos milhares de abastecimentos e a diversidade de tantos Contratos envolvidos. Além de todo exposto, a fragmentação do lote, onera a Administração com os custos de desenvolvimento, aquisição, treinamento aos usuários, suporte e manutenção de um sistema informatizado com as funcionalidades requeridas, além de exigir a disponibilização de pessoal para acompanhamento e fiscalização da contratação do produto, como também de comissões específicas para as diversas contratações abrangidas pela manutenção da frota.
17. **DO TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS**
- 17.1. A aplicação de **LICITAÇÃO EXCLUSIVA** é regulada pela Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011 e pelo Decreto Distrital 35.592, de 02 de julho de 2014, a seguir, respectivamente:
- 17.2. **LEI Nº 4.611, DE 09 DE AGOSTO DE 2011**
- SEÇÃO III
- DA LICITAÇÃO EXCLUSIVA
- Art. 25. Serão destinadas à participação exclusiva de entidades preferenciais as contratações cujo objeto tenha valor estimado de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais).
- § 1º O instrumento convocatório deverá prever que será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial.
- § 2º A não aplicação da regra deste artigo deverá ser justificada, enquanto não for atingido o limite percentual do tratamento favorecido e diferenciado.
- DECRETO Nº 35.592, DE 02 DE JULHO 2014.
- CAPÍTULO III
- DAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS
- Art. 7º Serão destinadas à participação exclusiva de entidades preferenciais as contratações cujo objeto tenha valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. A não aplicação da regra deste artigo deverá ser justificada, enquanto não for atingido o limite percentual do tratamento favorecido e diferenciado por exercício financeiro e unidade orçamentária.

17.3. Já a aplicação da **COTA RESERVADA** é regulada pela Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011 e pelo Decreto Distrital 35.592, de 02 de julho de 2014, a seguir, respectivamente:

LEI Nº 4.611, DE 09 DE AGOSTO DE 2011

SEÇÃO IV

DA COTA RESERVADA

Art. 26. Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

§ 1º O item ou objeto em que for aplicada a cota reservada passará a ter dois subitens, sendo:

- I – um, com limite máximo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para a cota reservada, destinado exclusivamente às entidades preferenciais;
- II – outro subitem com o percentual complementar destinado ao mercado geral.

(...)

DECRETO Nº 35.592, DE 02 DE JULHO 2014

Art. 8º Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

§ 1º O item ou objeto em que for aplicada a cota reservada passará a ter dois subitens, sendo:

- I – um, com limite máximo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para a cota reservada, destinado exclusivamente às entidades preferenciais; e
- II – outro subitem com o percentual complementar destinado ao mercado geral.

(...)

17.4. Noutro giro tem-se que o tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais podem deixar de ser aplicado nos termos do art. 49, III da Lei Complementar 123/2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. (grifo nosso).

17.5. Na mesma esteira, a Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em seu artigo 28, inciso I, destaca que:

Art. 28. Não se aplica o disposto neste capítulo quando:

I- estudo prévio indicar que não será vantajoso para a Administração ou representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. (grifo nosso).

17.6. Como se pode observar em que pese existir dispositivo legal que determina a obrigatoriedade da aplicação de licitação exclusiva e cota reservada, se faz necessário destacar que em virtude do valor estimado da contratação e a complexidade do modelo de gestão e fornecimento de insumos e combustíveis, a aplicação da **Licitação Exclusiva e a previsão de Cota Reservada de até 25% (vinte e cinco por cento)** implicaria em fracionamento do objeto, e como já mencionado no Item 10 deste Termo, tal fracionamento prejudicaria a execução do contrato como um todo, eis que o fracasso de qualquer um dos itens (sistema de gestão, credenciamento, fornecimento de insumos e abastecimento de combustíveis), impediria a consecução do objetivo a que se pretende, causando sérios danos à Administração no exercício ao cumprimento da missão Institucional da PMDF, uma vez que o atendimento individual e/ou parcial da demanda, seja uma só empresa fornecendo o sistema de gerenciamento, e separadamente inúmeros Postos de Combustíveis realizando o fornecimento e abastecimento de insumos, comprometeria consideravelmente a peculiaridade e complexidade do modelo de sistema de gestão por credenciamento de rede e gerenciamento de insumos para abastecimento de toda frota com sistema informatizado, "cujo encargo principal é o de credenciar postos de combustíveis que serão responsáveis pelo abastecimento dos insumos pertinentes à combustão dos motores das viaturas e gestão logística e financeira" (Item 18.3 do ETP) - Id. 197266516 e respectivo digital), sendo que o não agrupamento dos itens pode implicar no não atendimento da necessidade que motivou a contratação, além disso, geraria procedimentos mais dispendiosos e com menor capacidade de gestão dos veículos da frota (Item 18.3 do ETP - Id. 197266516 e respectivo digital), conquanto, não atenderia os princípios da economicidade e nem tão pouco do interesse público. Desta feita, considerando os apontamentos supracitados e as justificativas contidas no Item 10 deste Termo, **não aplicar-se-á Licitação Exclusiva e Cota Reservada de até 25% (vinte e cinco por cento)** para o objeto a ser contratado, não obstante, a empresa vencedora credenciadora deverá atentar-se as exigências contidas no Item 21.9 deste Termo de Referência, relativo ao credenciamento de pessoas jurídicas registradas como MEI, EPP e ou EIRELI, sempre que possível e não implique prejuízo à execução do contrato pela Administração.

18. DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

18.1. Em cumprimento ao Art. 97º do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, o qual afirma que o valor de referência terá vigência na forma descrita nesta subseção, de acordo com a fonte utilizada na obtenção de cada preço, ou de 180 dias, a contar da data da assinatura da Planilha Comparativa de Preços, a que for maior, desde que, neste último caso, seja observado que o valor de referência esteja condizente com o mercado atual, esta equipe confirma que foram consultados, coletados e solicitados vários orçamentos para diversas empresas do mercado nacional, declarando que os valores utilizados na composição dos custos foram consultados por esta equipe de planejamento por meio de diversas fontes de consultas (Id. 199458029, 199068172, 199068414 e 199068684), sendo todos os dados devidamente conferidos, verdadeiros e válidos.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.

19.2. Arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenções, relatórios assim como as demais decorrentes do regular funcionamento do sistema.

19.3. Disponibilizar e garantir a prestação de maneira adequada de todas as soluções, tecnologias, módulos, serviços de gestão e quantitativos nas condições descritas no Memorial Descritivo - PMDF/DLF/AEP - Anexo "A" (Id. 197783037) deste Termo de Referência.

19.4. Garantir que a rede credenciada forneça os insumos para abastecimento dos bens da Contratante nas condições previstos no Memorial Descritivo Id. 197783037 - Anexo "A" deste Termo de Referência;

19.5. Fornecer gratuitamente os cartões magnéticos para cada veículo cadastrado, conforme relatório emitido pela Contratante, inclusive para os casos de perda, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota.

19.6. Oferecer treinamento aos fiscais, operadores e usuários do sistema, bem como esclarecer as dúvidas suscitadas, sempre que necessário, durante a execução do contrato.

19.7. Responsabilizar-se inteiramente pela qualidade dos combustíveis fornecidos pelos postos de revenda, bem como certificar que os postos revendedores cadastrados estejam em conformidade com as normas da Agência Nacional de Petróleo – ANP, nos termos da Portaria 116, de 05 de Julho de 2.000.

19.8. Manter atualizada a listagem dos postos de abastecimento integrantes da rede credenciada, disponível para consulta pelo fiscal do contrato no Sistema de gerenciamento, e informar, imediatamente, a Contratante eventuais inclusões e exclusões de postos credenciados.

19.9. Considerando o Art. 23 da Lei 4.611/2011, e ainda a alta disponibilidade de fornecedores, o(a) credenciador(a) deverá contemplar o previsto no dispositivo legal mencionado, mantendo no seu rol de credenciados, de maneira perene, o percentual mínimo de 25% (vinte e por cento) de pessoas jurídicas registradas como MEI, EPP e ou EIRELI, sempre que possível.

19.10. Garantir que os preços dos combustíveis cobrados pela rede credenciada (gasolina, etanol, óleo diesel, óleo diesel S10), sejam os menores preços entre o valor da bomba praticado à vista e o valor médio da tabela ANP do Distrito Federal **na semana correspondente, condicionado que o preço unitário a ser faturado deva possuir dois limites, isto é, seja o menor entre o preço unitário à vista do posto no momento do abastecimento e o preço médio divulgado nas tabelas da ANP no Distrito Federal na semana correspondente (usado como referência na licitação), sendo que em ambos os casos, acrescidos dos respectivos descontos da licitação, nos termos**

PROCESSO Nº 00600-00000390/2020-00-e RELATOR :

CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA: Edital do Pregão Eletrônico n.º 015/2020, lançado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, cujo objeto é a contratação de empresa, mediante registro de preços, para prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota, com despesas de abastecimentos e fornecimento dos insumos para as unidades do Jurisdicionado.

O Relator submeteu à consideração do Plenário o Despacho Singular n.º 91/2020-GCMA, emitido no dia 17.04.2020, para os efeitos dos arts. 277, § 1º, do RI/TCDF e 7º, § 4º, da Resolução n.º 169, de 18.11.04.

DECISÃO Nº 1115/2020

O Tribunal, por unanimidade, referendou o mencionado despacho, proferido nos seguintes termos: "I - tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico n.º 015/2020 - DER/DF (Peça n.º 02, e-DOC: CD9125B8-e); II - determine ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, c/c o art. 277 do RITCDF, que suspenda o Pregão Eletrônico n.º 015/2020 - DER/DF, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as correções a seguir e/ou apresente as devidas justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal, incluindo, nesse caso, a documentação completa das peças que compõem a referida licitação: a) em relação aos quesitos de habilitação: 1. realize uma ampla revisão do texto do Edital de modo a adequá-los às reais condicionantes da contratação pleiteada; 2. passe a admitir o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para Qualificação Técnica, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante, em conformidade com a Decisão TCDF n.º 1755/2017; b) compatibilize nos documentos que compõem o processo de contratação o regramento atinente à subcontratação, em atenção ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório; c) em relação ao valor estimativo, contemple na formação do preço de referência da licitação a parcela relativa à taxa de administração, de forma a dar melhor precisão na avaliação das propostas; d) ao se referir ao critério 'média da ANP', registre de forma mais categórica que tal parâmetro se refere às publicações da Agência Nacional do Petróleo - ANP no período de abastecimento para a localidade Distrito Federal; e) estabeleça no Edital previsão que condicione que o preço unitário a ser faturado possua dois limites, isto é, seja o menor entre o preço unitário à vista do posto no momento do abastecimento e o preço médio divulgado nas tabelas da ANP no Distrito Federal (usado como referência na licitação), em ambos os casos, acrescidos os respectivos descontos da licitação; f) preveja recursos no Edital, de modo a tornar alcançável na presente contratação todas as promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados; III - autorize: a) o envio de cópia do presente Despacho Singular, assim como da Informação n.º 58/2020 – DIFLI ao Pregoeiro, a fim de subsidiar o atendimento integral do item II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada para os devidos fins." (grifei)

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro PAIVA MARTINS.

SALA DAS SESSÕES, 22 de Abril de 2020

19.11. Garantir que os preços dos combustíveis cobrados pela rede credenciada do ARLA – Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio, sejam os menores preços entre o valor da bomba à vista e a média da pesquisa de preços, a ser realizada, semanalmente, pela comissão executora, em pelo menos três estabelecimentos do Distrito Federal. Caso exista menos de três postos no Distrito Federal, considerará o menor valor fornecido/abastecido à vista e a média da pesquisa de preços dos postos existentes, o que for menor.

19.12. Garantir que os estabelecimentos da Rede Credenciada adotem medidas que visem priorizar o abastecimento das viaturas policiais em detrimento dos demais veículos.

19.13. Disponibilizar arquivo eletrônico relativo às operações realizadas, por veículo, de maneira a se proceder continuamente o gerenciamento e controle do abastecimento da frota.

19.14. Importar, no sistema da contratada, relação de veículos da frota que serão disponibilizados pela contratante no formato CSV, bem como, disponibilizar informações, relacionadas ao contrato, contidas no sistema da contratada, no formato CSV, quando solicitadas pela contratante.

19.15. Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do combustível.

19.16. Adotar sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela CONTRATANTE, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos.

19.17. A CONTRATADA somente permitirá o acesso ao sistema de gerenciamento informatizado de abastecimento, para qualquer operação, quando digitada senha, validando o usuário.

19.18. A CONTRATADA impedirá o abastecimento indevido ou não autorizado (bloqueio), considerando sua ocorrência como falha do sistema. Neste caso, o valor consumido não será pago pela Contratante.

19.19. Disponibilizar o sistema de gerenciamento funcionando, rigorosamente, conforme as etapas de entrega descritas no cronograma prevista no Item 6 deste Termo de Referência.

19.20. A empresa deverá credenciar e dispor de ampla rede de postos de combustíveis e estabelecimentos na forma e condições estabelecidas no Item 1.5.4 do Memorial Descritivo (Id. 197783037) - Anexo "A" deste Termo de Referência.

19.21. A contratada deverá dispor de ampla rede de postos de combustíveis e estabelecimentos credenciados com no mínimo de 2 (dois) fornecedores em cada uma das Regiões Administrativas do Distrito Federal - DF, bem como proporcionar disponibilidade de atendimento em outras localidades nos termos previstos no Item 1.5.4 e seguintes do Memorial Descritivo (Id. 197783037) - Anexo "A" deste Termo de Referência.

19.22. A contratada deverá promover a transição do sistema de gerenciamento atual para o novo sistema contratado, sem ocorrer interrupção no serviço de fornecimento de combustível.

19.23. A Contratante poderá solicitar o credenciamento de outros pontos que não os expressos no item acima. Em casos excepcionais e devidamente justificado à Comissão de Execução e aceito por esta, quando não houver disponibilidade de fornecedor na zona prevista e/ou requerida, a contratada deverá disponibilizar outro(s) fornecedor(es), tendo por base o critério de menor proximidade territorial em relação a Região Administrativa ou zona de referência que não foi atendida.

19.24. No caso de pedido de credenciamento, outro posto de abastecimento deverá ser previamente credenciado na localidade, antes da finalização do processo, garantindo-se assim a continuidade do abastecimento de combustível com níveis aceitáveis de fornecedores para mesma região.

19.25. A Contratada deverá permitir acesso, a qualquer tempo, a todos os dados relativos aos registros e às unidades que compõem a frota da PMDF e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais enquanto durar o contrato e até a captura dos dados por parte dos órgãos em banco de dados da administração.

19.26. Garantir que o serviço não sofrerá interrupção para fechamento de faturas, sob pena glosas e multa prevista em contrato.

19.27. Disponibilizar descrições técnicas detalhadas dos procedimentos e utilização do sistema e das suas operações, compreendendo a administração e o gerenciamento do abastecimento e das diversas disposições de suporte oferecidas aos usuários e ao gestor do contrato, para melhor aproveitamento operacional da solução apresentada, conforme exigências deste Termo de Referência.

19.28. Disponibilizar cópia do manual de utilização dos sistemas de gerenciamento e de consolidação de dados, na realização do treinamento.

19.29. A Contratada firmará termo de declaração de compromisso para efetuar treinamentos, quando necessários, ao gestor e aos usuários envolvidos na utilização da solução proposta, nos locais estabelecidos em comum acordo entre a Contratante e a Contratada.

19.30. A Contratada deverá, ainda, realizar no momento do treinamento, apresentação ilustrativa sobre o funcionamento do cartão ou dispositivo/equipamento eletrônico, o terminal de leitura, a gravação dos dados, a troca de cartões ou dispositivos/equipamentos, a solução de problemas no extravio dos sistemas de gerenciamento e controle de informações etc. em local e horário indicados pela Contratante, devendo no local ser disponibilizado ou explicado os seguintes itens:

19.30.1. Terminal similar aos que são instalados no posto de abastecimento, de leitura e gravação eletrônica de dados;

19.30.2. Microcomputador com sistema (software) de gerenciamento de informações de abastecimento;

19.30.3. Cartões e/ou dispositivos/equipamentos eletrônicos utilizados pela Contratada para alimentar o sistema;

19.30.4. Procedimentos de operação dos equipamentos citados acima, de acordo com o objeto deste Termo de Referência; e

19.30.5. Outros procedimentos necessários ao perfeito entendimento do sistema, por parte dos usuários.

19.31. Disponibilizar ao término do contrato ou sempre que solicitado pela contratante, todos as informações e os dados coletados, produzidos, sistematizados,

gerenciados e armazenados no Sistema, não podendo a Contratada alegar qualquer propriedade intelectual, direito à massa de dados de caráter estratégia corporativa, conteúdo de controle de *marketing* ou similar.

19.32. A empresa contratada deverá se comprometer a adotar os procedimentos necessários à adequação dos ditames previsto na Lei Distrital n. 6.112/2018, regulamentada pelo Decreto Distrital n. 40.388/2020, que estabelecem a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato, consórcio, convênio, concessão, parceria público-privada e qualquer outro instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta, pregão eletrônico e dispensa ou inexigibilidade de licitação com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal em todas as esferas de poder, com valor global igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, com vistas às melhores práticas das Políticas e Condutas de *Compliance* estabelecidas entre o ente público e a empresa.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 20.1. Efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura da empresa, após a efetiva emissão do Termo de Recebimento Definitivo e Relatórios com Planilha de Produtos e/ou Serviços.
- 20.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega e o recebimento por meio do fiscal a ser designado pela Chefe do Departamento de Logística desta Corporação.
- 20.3. Notificar a empresa por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos produtos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 20.4. Comunicar a empresa Contratada sobre a incidência do descumprimento de algum indicador de nível de serviço, por meio de ofício, notificação, mensagem digital no endereço eletrônico indicado pela empresa ou outro meio válido, definido entre as partes.
- 20.5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela proposta e demais condições prevista no contrato e neste Termo de Referência e seus anexos.
- 20.6. Atentar-se aos níveis de resultados fixados no Instrumento de Acordo de Resultado (Id. 198032887) estabelecido no Anexo "G" deste Termo de Referência.
- 20.7. Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133, de 2021), tais como indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado, fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado, estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado, definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos, demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação, realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

21. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 21.1. Deverá ser apresentado atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome do licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove:
- 21.1.1. Ter prestado ou estar prestando serviços compatíveis com o objeto da licitação;
- 21.1.2. Aptidão para desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com as características, quantidades e prazos, conforme especificações contidas neste termo de referência;
- 21.1.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) devem comprovar operacionalização de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de todo o objeto, ou seja, 30% (trinta por cento) do total de litros de combustíveis do lote, a serem gerenciados, conforme previstos neste Termo de Referência;
- 21.1.3.1. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao do presente Termo de Referência, admitindo-se a soma do quantitativo de atestados apresentados, desde que tenham sido realizados em concomitância de período de 12 (doze) meses (Decisão nº 3743/2011 - TCDF), destacando-se a necessidade desses atestados demonstrarem que o interessado forneceu anteriormente, pelo menos, o quantitativo solicitado no subitem anterior.
- 21.1.4. Caso a licitante não apresente atestados suficientes para a habilitação, será inabilitada;
- 21.1.5. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato e de respectivos aditivos que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;
- 21.1.6. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter nome, endereço e telefone de contato do emitente atestador, ser(em) apresentado(s) acompanhado do(s) contrato(s) e respectivo(s) aditivos;
- 21.1.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária compatíveis com o objeto da referida contratação. A comprovação será feita por meio de atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou Órgão tomador do serviço.
- 21.1.8. A empresa deverá ainda apresentar declaração comprovando a equidade econômica/financeira em relação a oferta do valor da taxa de serviço de administração e os serviços a serem prestados pelos credenciados, nos moldes indicados no modelo em anexo, não podendo o resultado estimado do operação ser inferior a zero.

ID.	TABELA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ANEXO "F"		
1. PREMISSAS DO CONTRATO			
1.1	Descrição dos Custos	índice	Resultado
1.2	CUSTO MÁXIMO PREVISTO COM INSUMOS		R\$ 29.654.612,81
1.3	CUSTO MÁXIMO PREVISTO COM SERVIÇO	(0,00%)	R\$ 0,00
1.4	VALOR MÁXIMO PREVISTO DO CONTRATO		R\$ 29.654.612,81
2. VALOR PRESUMIDO COM A OPERAÇÃO			
2.1	Descrição da Formação do Preço	índice	Resultado
2.2	Taxa administrativa prevista com serviços ofertada pela empresa aplicada sobre o valor dos custos com insumos, indicada no Item 1.2.		R\$
2.3	Valor máximo previsto do futuro contrato, após incidência da taxa de administração (Custo máximo previsto com insumos {1.2} - Taxa de administração ofertada {2.2})		R\$
2.4	Taxas médias estimadas, auferidas e indicadas com transações junto a rede credenciada aplicado sobre o valor máximo previsto do futuro contrato, indicado no Item 2.3.		R\$
2.5	Valor estimado do lucro na operação ^(*) (Taxa administrativa ofertada pela empresa {2.2} + Taxa média auferida e indicada junto a rede credenciada {2.4})		R\$
^(*) o resultado da equidade econômica/financeira estará condicionado a nunca se apresentar inferior a zero, sendo que a comprovação está condicionada a apresentação de documentação (pré-contrato, contato assinado, termos de compromisso etc) junto aos fornecedores, órgão público etc.			

22. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

22.1. Do Contrato:

- 22.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 22.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 22.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 22.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 22.1.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 22.1.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 22.1.7. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo inclusive ser exercido **por fiscais locais designados nas respectivas Unidades Policiais detentora da carga, bem como por comissão executora designada**, na forma do Art. 117 da Lei 14.133/2021 e demais normas correlatas.
- 22.1.7.1. Caberá ao fiscal local verificar, acompanhar e analisar o efetivo fornecimento de insumos aos bens com carga à Unidade, devendo inclusive preparar e entregar Relatório Circunstanciado descrevendo todo consumo utilizado, por período que for estabelecido pela Comissão Executora, contendo tabelas, planilhas e gráficos técnicos que comprovem a evolução dos gastos e dos insumos consumidos, tendo por base os respectivos cupons e/ou notas fiscais fornecidas pelo estabelecimento credenciado.
- 22.1.8. A Comissão Executora deverá consolidar e tratar a massa de dados pertinentes as obrigações constantes no Item 25.1.1, utilizando os Relatórios elaborados e enviados pelas Unidades Policiais Militares detentora da carga do bem público, com vistas a firmar o atesto nas notas fiscais emitidas pela contratada, caso estas se encontrem adequadas e compatíveis com as informações prestadas pelos fiscais locais e demais instrumentos contratual.
- 22.1.9. Os membros da referida comissão deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 22.1.10. Cabe ao executor do contrato, exigir da Contratada a apresentação das notas fiscais, sendo uma de serviço e outra de consumo, como requisito para atesto da fatura.
- 22.1.11. Fiscalizar se os preços dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada (gasolina, etanol, óleo diesel, óleo diesel S10 e ARLA) e cobrados pela contratada, sejam os menores preços entre o valor da bomba praticado à vista e o valor médio da tabela ANP do Distrito Federal **na semana correspondente, condicionado que o preço unitário a ser faturado deva possuir dois limites, isto é, seja o menor entre o preço unitário à vista do posto no momento do abastecimento e o preço médio divulgado nas tabelas da ANP no Distrito Federal na semana correspondente (usado como referência na licitação), sendo que em ambos os casos, acrescidos dos respectivos descontos da licitação, nos termos da Decisão n.º 1115/2020 - TCDF.**
- 22.1.12. Fiscalizar se os preços dos insumos fornecidos pela rede credenciada (ARLA – Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio), sejam os menores preços entre o valor fornecido/abastecido à vista e a média da pesquisa de preços, a ser realizada, semanalmente, pela comissão executora, em pelo menos três estabelecimentos do Distrito Federal. Caso exista menos de três estabelecimentos no Distrito Federal com indicativo de preços, considerará o menor valor fornecido/abastecido à vista e a média da pesquisa de preços dos estabelecimentos existentes pesquisados.
- 22.1.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - II - qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - III - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - IV - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - V - a satisfação do público usuário.
- 22.1.14. O(s) fiscal(is) do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar ao gestor do contrato para que este promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei 14.133/2021.
- 22.1.15. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto capítulo VIII da Lei Geral de Licitações - 14.133/2021 e Decreto Distrital n.º 44.330/2021.
- 22.1.16. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reservar-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.
- 22.1.17. Cabe ao gestor do Contrato observar o efetivo cumprimento do disposto no art. 13, da Lei Distrital nº 6.112/2018.
- 22.1.18. É responsabilidade da Comissão Gestora atentar para a gestão global dos recursos de forma a não causar interrupção na atividade fim da Corporação, seja por acréscimo, supressão, alteração ou outros fatores que venham a impactar a demanda inicialmente prevista.
- 22.1.19. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 22.2. **Do Gestor do Contrato**
- 22.2.1. **1.1. Cabe ao gestor do contrato:**
- 22.2.1.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 22.2.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 22.2.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 22.2.1.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 22.2.1.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 22.2.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 22.2.1.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 22.3. **Infrações e Sanções Administrativas**
- 22.3.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.3.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 22.3.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 22.3.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 22.3.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

23. FISCALIZAÇÃO

23.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

23.2. Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. O gestor do contrato com suporte do fiscal acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações e deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

23.3. Fiscalização Técnica realizada pelo fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato e atividade dos fiscais setoriais, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados e quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato e comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

23.4. Fiscalização Administrativa será realizada pelo fiscal administrativo do contrato que verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário e caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

23.5. Para efeitos de fiscalização do futuro contrato de prestação de serviços indica-se os seguintes policiais militares:

- MAJ QOPM DANIEL FRAZÃO PÓVOAS, Mat. 0081204-8 ;
- ST QPPMC DOMINGOS BATISTA RAMOS, Mat. 20.848/5 ;
- 2º SGT QPPMC RICARDO PEREIRA GOMES, Mat. 195.596/9 .

24. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

24.1. O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa CONTRATADA, devidamente atestada pelo EXECUTOR do contrato.

24.2. A CONTRATADA deverá emitir quinzenalmente Nota Fiscal, detalhando os produtos fornecidos por tipo e quantitativo com o valor total dos insumos, bem como discriminação das taxas de administração a serem cobradas e/ou repassadas ao CONTRATANTE com vistas a adequada análise e a respectiva aposição do “Atesto” no documento pelo(s) EXECUTOR(ES) do Contrato. Devendo ainda, sempre que solicitado adotar medidas no sentido de apresentar, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos insumos fornecidos pela Rede Credenciada, documento(s) este(s) que deverá(ão) contemplar(em), no mínimo, as informações dos tópicos 2 a 7 do do Memorial Descritivo (Id. 197783037) - Anexo "A" deste Termo de Referência, para fins de atender a perfeita fiscalização do contrato.

25. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

25.1. A implantação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR (Id. 198032887) tem o objetivo de nortear a avaliação de qualidade da prestação de serviços de gestão de frota com gerenciamento de despesas e fornecimento de insumos para abastecimento de combustíveis, uma vez que este é um serviço de importância estratégica para o desenvolvimento das atividades fim da Polícia Militar do Distrito Federal.

25.2. Focado prioritariamente na prestação de serviços, o citado instrumento de resultado foi estruturado para fornecer informações que permitam a melhoria dos serviços já existentes e o alinhamento das expectativas esperadas de acordo com os conceitos de qualidade definidos na contratação.

25.3. Como é do conhecimento de todos a Administração tem o dever, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, igualmente tem a necessidade de aferir a regularidade e a qualidade dos serviços prestados/fornecidos pela contratada, e é neste sentido que o atual instrumento pode se tornar um grande aliado dos contratos firmados pela Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

25.4. Mesmo com o advento da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, Decreto Distrital 44.320/2023 e do Decreto nº 9.507/2018, ainda se encontra em vigor a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a qual possibilita a adoção do chamado Indicadores de Níveis Mínimos de Desempenho estipulados no ato convocatório pela Administração Pública, com vistas a auxiliar o gestor no desempenho de suas atribuições no cumprimento das regras estabelecidas nos respectivos contratos administrativos, por meio da formalização e previsão de critérios objetivos de mensuração de resultados e do nível de qualidade dos serviços contratados.

25.5. De acordo com o art. 144 da Lei 14.133/21, "na contratação de obras, fornecimentos e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato", neste sentido, consultando a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observou-se que aquela Secretaria estabelece que os critérios para aferição de resultados na contratação de serviços pela Administração devem ser dispostos, preferencialmente, nos moldes de Instrumento de Medição de Resultado - IMR (198032887).

25.6. Percebe-se que os níveis de serviço [IMR] são critérios de aferição dos resultados da atuação da contratada, com base em indicadores e metas objetivamente mensuráveis, o que permite à Administração verificar se os resultados esperados nos contratos administrativos que tenham por objeto a execução de serviços foram efetivamente atingidos, nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar proporcionalmente o pagamento ao atendimento das metas na execução do serviço, na forma consignada.

25.7. Deste modo, foi estabelecido no presente procedimento licitatório o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) - Id. 141459914, o qual deverá ser observado pela contratada durante todo o período contratual.

26. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

26.1. A complexidade do bem pretendido não descaracteriza a padronização com que tais serviços são usualmente comercializados no mercado. “Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.” (Acordão nº 1.114/2006 – Plenário;

26.2. No âmbito do Decreto Distrital nº 44.330/2023, a utilização do pregão, no formato eletrônico, encontra o seguinte regramento:

Art. 144. O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

[...]

§ 1º O pregão segue o rito procedimental comum a que se refere o art.17, da Lei nº 14.133, de 2021, e é adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

§ 2º É obrigatória a utilização da forma eletrônica nas licitações da modalidade pregão. (grifei)

§ 3º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma presencial nas licitações da modalidade pregão, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, devendo-se observar o disposto nos §§ 2º e 5º, do art. 17, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 4º O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços comuns de engenharia que tenham por objeto ações objetivamente padronizáveis para manutenção, adequação e adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais desses bens, conforme definido na alínea “a”, do inciso, XXI, do caput, do art. 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 115. O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto é obrigatório na modalidade pregão e considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação. (grifo nosso)

§ 1º Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, de acordo com o § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação ou tabela de preços praticada no mercado, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

[...]

26.3. Extraí-se, pois, que a contratação se dará mediante licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, eis que, no âmbito do Distrito Federal, essa modalidade é obrigatória, quando o objeto for classificado como bem comum.

26.4. No que couber, deverá ser observado o princípio da padronização que considera a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do [art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e do [art. 9º, inciso I, alínea b, da IN Seges/ME nº 81, de 2022](#). Além disso, deverá ser observada a Portaria SEGES/ME n. 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, com a pesquisa no sítio <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> em que não foi detectado objeto similar para utilização do catálogo.

27. **DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO (CRITÉRIO DE JULGAMENTO)**

27.0.1. Em decorrência dos motivos técnicos e econômicos já demonstrados neste documento a adjudicação do objeto se dará por item único, tendo em vista que se refere a contratação de apenas uma pessoa jurídica gestora e credenciadora, não configurando restrições à competitividade.

27.0.2. A justificativa para o parcelamento ou não do objeto consta do item 18 do Estudo Técnico Preliminar Id. 197266516 e respectivo digital. Sabe-se que os serviços, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso ([art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021](#)) e que as regras do [artigo 47, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021](#), devem ser observadas, esses são os aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento ao presente processo.

27.0.3. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO, obtido por meio do **MAIOR DESCONTO PARA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** indicada pela licitante, conforme tabelas abaixo:

Detalhamento do valor total destinado ao consumo de combustíveis		
Item	Especificação	Valor total estimado
1	Despesas com fornecimento de insumos e abastecimentos de combustíveis - (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 e Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - ARLA) - por intermédio de rede credenciada	R\$ 29.654.612,81 ^(*)
2	Desconto mínimo para Taxa de Administração de serviços de gestão	0,00%
	Valor mínimo aplicado com Taxa de Administração de serviços de gestão	R\$ 0,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DO LOTE COM DESCONTO		R\$ 29.654.612,81 ^(*)

Detalhamento do valor total máximo da Contratação			
Valor estimado dos Insumos	Desconto para Taxa de Administração ^(*)		Valor estimado para contratação após a aplicação do desconto
	Percentual ofertado e aplicado sobre o valor dos insumos (serviço)	Percentual ofertado e aplicado sobre o valor dos insumos (serviço)	
	R\$ 29.654.612,81 ^(*)		
	0,00% (vide obs. 1)	R\$ 0,00	R\$ 29.654.612,81 ^(*) (vide obs. 2)

(*) Em decorrência da expressiva consulta e pesquisas de preços nos diversos pregões eletrônicos homologados e os vários contratos já firmados por outros entes públicos, somente haverá oferta de taxa de administração por meio de desconto, isto **taxa de administração negativa**.
Obs 1: Percentual ofertado pela licitante por meio de desconto a ser definido pela própria empresa, mas nunca superior àquela previamente estimada no Termo de Referência e Edital;
Obs 2: O valor total da contratação corresponde ao valor estimado com insumos, menos o valor aplicado com o desconto ofertado pela empresa com a taxa de administração relativa aos serviços de gestão da frota proposta pelo licitante. Esse valor total de contratação será o **valor do lance registrado/negociado no sistema do pregão**.

27.0.4. A disputa no pregão se dará mediante o menor preço (DESCONTO) na taxa de Administração de serviços de gestão (desconto para Administração), ou seja, valor não superior a R\$ 0,00 (zero), pois os demais valores foram fixados para efeito de estimativas dos custos da Administração. Dessa forma, a proposta inserida no sistema deverá conter os valores para insumos (previamente estabelecidos pela Administração) e por fim, o valor referente à taxa para o gerenciamento e administração da proposta pela empresa participante, conforme planilha de detalhamento do valor total máximo da contratação supracitada.

27.0.5. O valor máximo admissível será o valor total do item estimado pela administração.

27.0.6. Para o item taxa de administração **não será admitido** percentual acima do estimado, sendo, portanto, admitindo percentual negativo sempre abaixo do estimado.

27.0.7. Para se evitar futuros questionamentos quanto a suposto *desequilíbrio econômico/financeiro, principalmente em decorrência de alegações de taxas elevadas acertadas ou impostas pelos postos credenciados*, será exigido da empresa vencedora a apresentação de TABELA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (Modelo no

Anexo "F") no momento da definição da aceitabilidade da proposta vencedora. Deste modo, entende-se que a análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada levando-se em consideração também a Tabela de Custos e Formação de Preços (Modelo no Anexo "F"), a ser preenchida e entregue pelo licitante vencedor em relação à sua proposta final, conforme indicado no Anexo "E" (Id. 201103317) e Item 21.1.8 deste Termo de Referência a ser incluída em Edital, todavia, o preenchimento da mencionada tabela não elimina a necessidade do preenchimento, envio e/ou comprovação outros documentos comprobatório relativos ao equilíbrio econômico financeiro da empresa exigível no edital e pelo pregoeiro.

28. **DA PROVA DE CONCEITO**

28.1. O licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos da data estabelecida para realização de Prova de Conceito – PoC (Anexo "F" - Id. 198033653), no Departamento de Logística e Finanças - DLF da PMDF, localizado no Anexo do Quartel do Comando Geral da PMDF em Brasília/DF, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas exigidas do sistema e solução tecnológica especificados no Edital e seus anexos;

29. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

29.1. Os quantitativos estimados para cada item do objeto em questão estão detalhados no Anexo "C" - Memória de Cálculo (Id. 201041079), já o valor estimado para o procedimento licitatório é de

29.2. R\$ 29.654.612,81 (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil seiscentos e doze reais e oitenta e um centavos) indicados no quadro a seguir:

PLANILHA DETALHADA DE CUSTOS DE INSUMOS E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA GESTÃO					
INSUMOS	FROTA	UND	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	SOMA DOS CUSTOS COM INSUMOS
Gasolina Comum	1816	LITRO	2.970.197,83	6,545	R\$ 19.438.459,70 ^(*)
Etanol	01	LITRO	851,77	5,035	4.288,95 ^(*)
Diesel Comum	213	LITRO	29.029,27	7,100	R\$ 206.107,82 ^(*)
Diesel S10	651	LITRO	1.369.409,50	7,300	R\$ 9.996.689,35 ^(*)
Agente Redutor Líquido de Oxido de Nitrogênio Automotivo (ARLA)	40	LITRO	1.951,29	4,647	R\$ 9.066,99 ^(*)
SOMA DOS CUSTOS COM INSUMOS					R\$ 29.654.612,81 ^(*)
SERVIÇO (TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)	FROTA	QUANTIDADE DE LITROS	VALOR DE REFERÊNCIA	TAXA DE REFERÊNCIA	SOMA DOS CUSTOS COM SERVIÇO
Serviço de Gestão de credenciamento e abastecimento da frota da PMDF	2721	4.371.439,66	R\$ 29.654.612,81	0,00%	R\$ 0,00
SOMA DOS CUSTOS COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					R\$ 0,00
VALOR TOTAL (INSUMOS + TAXA)					R\$ 29.654.612,81 ^(*)

(*) valores arredondados em dois dígitos, com uso do programa de cálculo Excel - Office 200

29.3. Em decorrência da expressiva consulta e pesquisas de preços nos diversos pregões eletrônicos homologados e os vários contratos já firmados com vários outros entes públicos (Anexo - C - Memória de Cálculo - 201041079), somente haverá oferta de taxa de administração por meio de desconto, isto é: **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA.**

30. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

30.0.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Plano Interno de Orçamento da PMDF.

30.0.2. A presente contratação está prevista no plano de contratações anual (PCA) conforme pesquisa no sítio <https://portal.compras.df.gov.br/catalogo/pacc> e [Portal Nacional de Contratações Públicas](#), com as rubricas **15208** e **206680**, respectivamente - **Serviços de Abastecimento de Frota, Prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas de abastecimentos, com fornecimento dos insumos para as unidades de abastecimento.** Quaisquer ajustes ou atualização relativos ao lançamento do objeto no PCA ficarão à cargo das respectivas unidades responsáveis. Além disso, a Corporação tem adotado acertadamente a previsão e alinhamento do planejamento estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Plano Interno de Orçamento - PIO, detalhado a seguir.

30.1. Ademais, deve-se destacar que a presente contratação está plenamente prevista no plano anual de aquisições inserida no [Portal Nacional de Contratações Públicas](#), bem como no Portal de Compras do Governo do Distrito Federal: [Portal de Compras DF - Consultar PCA](#), ademais, a Corporação tem adotado acertadamente a previsão e alinhamento do planejamento estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Plano Interno de Orçamento - PIO.

PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA/2026 - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL												
Unidade Responsável	UASG	Id do item no PCA	Categoria do Item	Identificador da Futura Contratação	Nome da Futura Contratação	Catálogo Utilizado	Classificação do Catálogo	Código da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Nome da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Código do Item	Descrição do Item	Quantidade Estimada

Polícia Militar do Distrito Federal	24103	206680	Serviço	91	Serviços de Abastecimento de Frota de Veículos	Outros	Serviço	39.91.00.001	Serviços de Abastecimento de Frota	3.3.90.39.91.00.001.15208	Prestação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas de abastecimentos, com fornecimento dos insumos para as unidades de abastecimento.	1
-------------------------------------	-------	--------	---------	----	--	--------	---------	--------------	------------------------------------	---------------------------	---	---

30.2. Conforme verificado entre o cotejamento do quadro detalhada de custos (cenário de prospecção) e o Plano de Contratação Anual da PMDF (cenário com limites de ação), constante no Tópico 13.3.4.3, que lamentavelmente apresentou discrepância entre o planejamento do custeio dos insumos de abastecimento para frota da Corporação.

COTEJAMENTO DO CUSTO TOTAL DA DEMANDA X DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIO (PCA - 2026)	
Custo Total da Demanda de Serviços de Abastecimento de Frota de Veículos prevista para contratação	RS 29.654.612,81
Dotação autorizada para Serviços de Abastecimento de Frota de Veículos o exercício financeiro de 2026 - Id do Item do PCA (206680)	RS 20.017.780,37
Diferença entre custo estimado e dotação autorizada	RS - 9.636.832,44

30.3. Como é do conhecimento de todos os insumos objeto do presente estudo são mercadorias operadas por gravação da cotação do preço do petróleo, a qual é formada no mercado internacional e em ambiente de bolsa de valores, por sua vez, os preços sempre acompanham os riscos de perturbações no suprimento da commodity em nível mundial, refletindo sobremaneira quanto as incertezas na forma de prever com exatidão os custos orçamentários do produto final, em especial, para períodos tão longos como aqueles estratificados nos instrumentos orçamentários e financeiros da Corporação que geralmente são estruturados, analisados, avaliados e validados de maneira não equidistantes, com variáveis muito dispares entre *necessidade do produto x disponibilidade de preços no mercado*, razão pela qual, muitas vezes se está diante do risco do surgimento de certas disparidades entre o custo pretendido e o resultado financeiro efetivamente concretizado no orçamento, entretanto, já conhecedor destes cenários e as circunstâncias adversas, o próprio normativo anuário orçamentário da PMDF especifica as possibilidades da adequação dos limites das despesas:

Portaria PMDF nº 1.153, de 18 de janeiro de 2021

[...]

Art. 3º A realização da despesa será acompanhada e controlada pelo Estado-Maior, responsável pelo planejamento estratégico e centro do sistema de planejamento, programação e orçamento da PMDF, por meio de sua Chefia, a qual definirá o montante de créditos orçamentários a serem realocados e remanejados, caso seja verificada a baixa execução orçamentária de determinada Área Temática.

§ 1º Caberá aos Coordenadores Setoriais de Orçamento a produção e remessa trimestral de relatório ao Estado-Maior da PMDF, ou quando for requisitado pela Chefia deste Órgão, para que seja realizado o acompanhamento e controle dos créditos e recursos disponibilizados, a fim de assegurar a melhor aplicação e uso da dotação orçamentária.

§ 2º O Chefe do Estado-Maior, através da Seção de Orçamento e Finanças (PM-6), poderá promover realocações de créditos orçamentários, comprovando-se a baixa execução orçamentária de determinada Área Temática, segundo Relatório dos Coordenadores Setoriais de Orçamento.

§ 3º Até o final do exercício orçamentário, os Coordenadores Setoriais de Orçamento poderão solicitar remanejamento e realocações dos créditos orçamentários destinados a atender as demandas de suas respectivas Áreas Temáticas ao Chefe do Estado-Maior as quais apenas poderão ser realizadas por manifestação fundamentada do Chefe do Estado-Maior.

Art. 4º Fica terminantemente proibido extrapolar o limite de empenho previsto no Anexo "A" desta Portaria, bem como a realização de despesas que não estejam previstas no PIO/2021, sob pena de responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa.

§ 1º Fica autorizado ao Chefe do Estado-Maior promover, por meio de ato administrativo próprio, os cancelamentos, **suplementações**, bloqueios e contingenciamentos necessários, **a fim de garantir o equilíbrio fiscal entre a dotação autorizada e a despesa realizada**, ouvindo e cientificando os Ordenadores de Despesa e os Coordenadores Setoriais de Orçamento.

§ 2º Os Ordenadores de Despesa, em caso de necessidade de execução de despesa não prevista ou em limites superiores aos estabelecidos nesta Portaria, deverão solicitar ao Chefe do Estado-Maior, prévia e tempestivamente as alterações necessárias, inclusive indicando a fonte de cancelamento no PIO/2021 com saldo suficiente. *(grifei)*

[...]

30.4. Pelos motivos supra apresentados, recomenda-se que os respectivos gestores da Corporação permaneçam atentos quanto a necessidade da adequação orçamentária durante o exercício financeiro e realizem, se necessário, o ajuste do cronograma de gastos com despesas pertinentes aos insumos e taxas para abastecimento da frota da PMDF.

30.5. Não obstante, é oportuno ressaltar que em decorrência da imensa ampliação das espécies de contratações da área temática do Coordenador Setorial de Orçamento descrita na fixação da Meta Orçamentária de 2024 e o atual Plano Interno de Orçamento - PIO do exercício de 2024, o valor total atribuído às despesas ao montante projetado na demanda originária **não** se mostra atendido por completo, levando-se em consideração o período de 12 (doze) meses e cálculos estimados no Item 14.3 do Estudo Técnico Preliminar - ETP (197266516 e respectivo digital); deste modo, em virtude do desajuste entre a meta e o plano orçamentário, verifica-se a possibilidade/necessidade de realocação, remanejamento ou suplementação de créditos orçamentários, a qual poderá ser adotada em conjunto com O Coordenador Setorial de Orçamento - CSO da área temática, Ordenador de Despesa do DLF, bem como pelo Chefe do Estado-Maior, através da Seção de Orçamento e Finanças (PM-6), que oportunamente adotará a promoção de realocação de créditos orçamentários, comprovando-se a baixa execução orçamentária da área temática, tendo em vista a inteligência da Portaria PMDF n.º 1.339, de 04 de janeiro de 2024, Art. 4º, §1º, **situação até mesmo já mapeado na Gestão de Riscos (Id. 198691934 e 198059465 e respectivos digitais), evento R6.**

31. DA SUSTENTABILIDADE

31.1. Os serviços da CONTRATADA devem considerar critérios compatíveis com padrões ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como atender aos critérios previstos na Lei Distrital n.º 4.770/2012.

31.2. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

31.3. A rede credenciada pela Contratada deverá atender as disposições da Resolução Conama nº 273, de 29 de novembro de 2000 e suas alterações, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, relativos aos serviços de fornecimento de combustíveis líquidos.

32. DO REAJUSTE

32.1. O contrato a ser firmado pode ser reajustado depois de transcorrido 1 (um) ano de sua vigência, a partir da apresentação da proposta de preços e em conformidade com a legislação pertinente.

32.2. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, aplicados quando da execução de serviços não contínuos ou contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplimento de cada parcela, aplicando-se o IPCA.

32.3. Para efeitos do reajuste deverão ser observados, no que couber, entre outros, os Decretos Distrital n.ºs 34.934/2018, 34.649/2013 e 37.121/2016.

33. DO PREPOSTO DA PMDF E DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

33.1. São responsáveis pelas informações relacionadas ao processo os respectivos autores do presente Termo de Referência, contudo, na ausência dos autores fica nomeado o senhor **MAJ QOPM DANIEL FRAZÃO PÓVOAS**, Mat. **0081204-8**, telefone: (61) 3190-5710 e e-mail: daniel.povoas@pm.df.gov.br.

33.2. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

Integrante Presidente: MAJ QOPM DANIEL FRAZÃO PÓVOAS, Mat. 0081204-8 (Id. 196656272);

Integrante(s) Técnico: DOMINGOS BATISTA RAMOS - ST QPPMC, Mat. 20.848/5 (Id. 196656272);

Integrante(s) Administrativo: ERASMO JESUS DINIZ - 2º SGT QPPMC, Mat. 74.342/9 (Id. 196656272); RICARDO PEREIRA GOMES - 2º SGT QPPMC, Mat. 195.596/9 (Id. 196656272); CAIO SANTOS DE CARVALHO - 3º SGT QPPMC, Mat. 733.187/8 (Id. 196656272); PÂMELA PIPPI ANHOLETE - CB QPPMC, Mat. 736.118/1

33.3. **DOS PREPOSTOS INDICADOS:**

MAJ QOPM DANIEL FRAZÃO PÓVOAS, Mat. 0081204-8 (Id. 196656272);

DOMINGOS BATISTA RAMOS - ST QPPMC, Mat. 20.848/5 (Id. 196656272);

RICARDO PEREIRA GOMES - 2º SGT QPPMC, Mat. 195.596/9 (Id. 196656272);

CAIO SANTOS DE CARVALHO - 3º SGT QPPMC, Mat. 733.187/8 (Id. 196656272);

PÂMELA PIPPI ANHOLETE - CB QPPMC, Mat. 736.118/1.

34. **DA DISPENSA DE REMESSA À CENTRAL DE COMPRAS DO GDF**

34.1. Trata-se de aquisição de serviço e/ou produto vinculado diretamente à atividade finalística da PMDF, destinado a assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública, os direitos e garantias fundamentais e o exercício dos poderes constituídos, através do suprimento logístico da tropa da Corporação, com a prestação de serviço continuado de intermediação, administração e gerenciamento informatizados e integrados de gestão de frota com gerenciamento de despesas com fornecimento de insumos e abastecimentos de combustíveis (Gasolina, Etanol, Óleo Diesel, Óleo Diesel S10 e Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - ARLA), por intermédio de rede credenciada, bem como evitar a descontinuidade da prestação dos serviços de fornecimento de gerenciamento de combustível que atualmente se encontra excepcionalmente garantido por meio do Contrato Emergencial 41/2025 (Id. 177013803), processo SEI n.º 00054-00067963/2025-61, celebrado entre o Distrito Federal/PMDF e a empresa contratada. Diferencia-se de outros serviços de fornecimento de combustíveis em outros órgãos uma vez o grande número de veículos sob o patrimônio da PMDF que se encontram diuturnamente em atividade e, além disso o agente de segurança gestor da frota verifica a necessidade de ferramentas muito mais robustas e aptas à execução do quantitativo de insumos utilizados pelas viaturas policiais no serviço de segurança preventiva/ostensiva que por vezes não retrata a realidade de outros organismos. Desta forma, o serviço está claramente caracterizado e se relaciona intrinsecamente à atividade finalística da PMDF, eis que, sem a sua execução de maneira peculiar, haveria sérios prejuízos ao cumprimento das missões precípua da Polícia Militar do Distrito Federal, **no que se justifica a dispensa de remessa à Central de Compras do GDF**.

34.2. Conforme o art. 191º do Decreto Distrital n. 44.330, de 16 de março de 2023:

Art. 191. Considera-se Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal:

I - a Secretaria de Estado Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal (SEPLAD), para aquisições de bens e contratação de serviços comuns, exceto os de engenharia;

II - órgãos da administração direta excluídos do regime de centralização de compras, mediante decreto específico, autorizados a licitar e contratar bens, obras e serviços, inclusive de engenharia;

III - entidades autárquicas e fundacionais excluídas do regime de centralização de compras, mediante decreto específico, autorizadas a licitar e contratar bens, obras e serviços, inclusive de engenharia.

35. **RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

35.1. Em atendimento à Lei nº 7.456, de 28 de fevereiro de 2024, o contrato administrativo a ser firmado em decorrência da licitação ora pleiteada deverá exigir da CONTRATADA a reserva de um percentual mínimo das vagas de emprego para a contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, desde que tenham a qualificação profissional necessária, conforme os critérios estabelecidos nos parágrafos 1 a 5 do art. 2º da referida Lei.

35.2. A contratada deverá se comprometer assegurar e fomentar outras políticas públicas afirmativas adotadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF) que visem atender pessoas em situação de vulnerabilidade, desde que tais políticas estejam previstas em norma legal e pertinentes ao caso em tela.

36. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

36.1. A Contratante não fornecerá à Contratada materiais, equipamentos, mão-de-obra, ou outros, para a execução dos serviços.

36.2. Todo material e equipamentos necessários à completa execução dos serviços de que trata o presente Termo de Referência serão de responsabilidade dos estabelecimentos credenciados e da Contratada, que arcará também com todo ônus da completa realização dos serviços de que trata o presente Termo de Referência.

36.3. Caso ocorra pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, provocado pelo fornecedor, devidamente fundamentado, este será obrigado a atender as autorizações e empenhos expedidos, sob pena de inadimplemento contratual.

37. **ANEXOS**

37.1. A - Memorial Descritivo, (Id. 197783037);

37.2. B - Relação de bens da PMDF, (Id. 197914863);

37.3. C - Estudo Técnico Preliminar, (Id. 197266516 e respectivo digital);

37.4. D - Memorial de Cálculo, (Id. 201041079);

37.5. E - Lista de Verificação de Orçamentos, (Id. 199538018);

37.6. F - Modelo de Declaração da Tabela de Formação de Preços, (Id. 201103317);

37.7. G - Prova de Conceito - PoC (Parâmetros Técnicos), (Id. 198033653);

37.8. H - Indicadores de Medição de Resultados - IMR (Acordo de Resultado), (Id. 198032887);

37.9. I - Pedido Interno de Material - Insumos (PAM), (Id. 201133394);

37.10. J - Pedido Interno de Material - Serviços (PPS), (Id. 199908172);

37.11. K - Análise de Riscos, (Id. 137320689 e respectivo digital);

37.12. L - Mapa de Riscos, (Id. 140498445 e respectivo digital);

37.13. M - Plano de Ação de Riscos, (Id. 140837663 e respectivo digital);

37.14. N - Designação de Equipe de Planejamento (Id. 196656272)

No intuito de facilitar a visualização dos anexos relativos ao Termo de Referência, foi criado o acesso a eles na internet através de um arquivo na nuvem, podendo ser acessado pelo seguinte link:

https://pmdf-my.sharepoint.com/:f/g/personal/21107324723_pm_df_gov_br/IgcZnFOBPH7ZQ6WVOLuhPrvYAfIcdYWGvZMiWMBVriIIIdM?e=k0T8fZ

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

(Processo Administrativo n.º.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) E

O Distrito Federal por intermédio da Polícia Militar do Distrito Federal, com sede no Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo Chefe do Departamento de Logística e Finanças o Coronel QOPM (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20..., publicada no Diário Oficial do Distrito Federal de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º **90005/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto da presente licitação é a
- 1.2. A licitação **será realizada por item**, nas condições e características contidas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).
- 1.2.1. Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de, contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de, contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto devido às parcelas de maior relevância integrarem o objeto da presente contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data base do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custos da Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da assinatura do contrato, a garantia em favor da CONTRATANTE no valor correspondente a 2% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.1.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 10.1.2. seguro-garantia;
- 10.1.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 10.1.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 10.1.5. VALOR TOTAL DA GARANTIA..... Valor total
- 10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.
- 10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.20, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.14. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.15. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 10.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.20. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa**:
1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 2. Moratória de 0,07% (sete centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 2. as peculiaridades do caso concreto;
 3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.
- 12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Brasília, ____ de _____ de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE
MODELO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal n.º 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do Distrito Federal através do Decreto n.º 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: Anexo I do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Palácio Tiradentes SAISO, Área Especial 4, Setor Policial Sul s/n, Asa Sul, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-2012.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019
MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO MENDES CARVALHO DE SOUSA - CEL QOPM, Matr.0050644-3, Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 11/05/2026, às 17:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **202609289** código CRC= **AD79C534**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAISO Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF
Telefone(s): 3190 5509
Site - www.pm.df.gov.br

00054-00039687/2025-41

Doc. SEI/GDF 202609289